

Bruxelas, 19 de setembro de 2016 (OR. en)

12311/16

Dossiê interinstitucional: 2015/0313 (COD)

VOTE 53 INF 162 PUBLIC 58 CODEC 1281

NOTA

Assunto:

- Resultado da votação
- Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1406/2002 que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima
- Adoção do ato legislativo (AL + D)
- Resultado do procedimento escrito concluído em 14 de setembro de 2016

O resultado da votação sobre o ato legislativo mencionado em epígrafe consta do anexo 1 da presente nota.

Documento de referência:

PE-CONS 31/16

aprovado pelo Coreper, 2.ª Parte, de 20.7.2016

As declarações e/ou declarações de voto estão reproduzidas no anexo 2 da presente nota.

12311/16 rd/PBP/rd

DG F 2B



General Secretariat of the Council

Institution: Council of the European Union

Session: Configuration:

2015/0313 (COD) (Document: 31/16) Item:

Voting Rule: qualified majority

Regulation of the European Parliament and of the Council amending Regulation (EC) No 1406/2002 establishing a European Maritime Safety Agency Subject:

Vote	Members	Population (%)
① Yes	27	87,27%
① No	0	0%
Abstain	1	12,73%
Not participating	0	
Total	28	



Member State	Weighting	Vote	Member State	Weighting	Vote
BELGIQUE/BELGIË	2,21	①	LIETUVA	0,57	①
БЪЛГАРИЯ	1,42	①	LUXEMBOURG	0,11	\odot
CESKÁ REPUBLIKA	2,05	•	MAGYARORSZÁG	1,94	\odot
DANMARK	1,11	•	MALTA	0,08	•
DEUTSCHLAND	15,93	①	= NEDERLAND	3,37	①
EESTI	0,26	①	ÖSTERREICH	1,69	\odot
ÉIRE/IRELAND	0,91	①	POLSKA	7,47	\odot
ΕΛΛΆΔΑ	2,13	•	PORTUGAL	2,04	①
ESPAÑA	9,12	①	ROMÂNIA	3,90	①
FRANCE	13,04	①	SLOVENIJA	0,41	\odot
THRVATSKA	0,83	•	SLOVENSKO	1,06	\odot
■ ITALIA	12,07	•	SUOMIFINLAND	1,08	•
€ ΚΎΠΡΟΣ	0,17	①	SVERIGE	1,92	①
LATVIJA	0,39	•	UNITED KINGDOM	12,73	0

^{*} When acting on a proposal from the Commission or the High Representative, qualified majority is reached if at least 55 % of members vote in favour (16 MS) accounting for at least 65% of the population

For Information: http://www.consilium.europa.eu/public-vote

Declaração do Reino Unido

O Reino Unido considera que estas propostas contêm obrigações em matéria de justiça e assuntos internos, e, como tal, sendo as medidas propostas em aplicação do Título V da Parte III do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, estão sujeitas ao Protocolo (n.º 21) aos Tratados relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda em relação ao espaço de liberdade, segurança e justiça.